

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO N.º , DE 2025
(Da Sr.^a Jandira Feghali)

Requer a realização de Simpósio Nacional sobre Saúde - “Atuais desafios do SUS e relações entre o público e privado no sistema de saúde no Brasil.”

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência a realização, no âmbito desta Comissão de Saúde, de Simpósio Nacional sobre Saúde - “Atuais desafios do SUS e relações entre o público e privado no sistema de saúde no Brasil: alternativas para avançar direitos de saúde digna e equânime para a população”.

Para tanto, sugiro a participação do Ministério da Saúde, Conass, Conasems, ANS, Anvisa, Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Nacional de Saúde, Abrasco, Cebes, Frente pela Vida, entidades de defesa dos consumidores, entidades de portadores de patologias e entidades de pessoas e crianças com deficiências.

JUSTIFICATIVA

A saúde continua no topo das preocupações da população segundo pesquisas de opinião recentes. Se mantidas em níveis republicanos, as pressões e disputas em torno da saúde, o sistema público capilarizado e coordenado, a inteligência epidemiológica, produção de vacinas e medicamentos e a racionalidade técnica para a tomada de decisões seguirão apresentando parâmetros razoáveis.

Em 2025, tanto o governo federal quanto secretarias municipais e estaduais de saúde preveem aumentar a oferta de serviços ambulatoriais e hospitalares, incluindo os de alta complexidade universitários. Esforços para ampliar o acesso a tecnologias estratégicas para o SUS, como a saúde digital, poderão crescer e aparecer ao longo do ano. Estão de volta, informações sobre a situação sanitária, crescente transparência sobre a alocação de recursos e diálogos entre dirigentes da saúde das três esferas



* CD255358172700*

administrativas e com o Judiciário e o Legislativo. A polarização ciência versus senso comum não desapareceu, mas perdeu magnetismo. Vacinas e vacinação, legislação sobre estupro e gravidez, alimentos ultraprocessados, agrotóxicos, armas de fogo e riscos à saúde retornaram à pauta pública. O SUS, que conta com apoios políticos e da população, foi reorganizado e reconhecido como essencial durante a pandemia de covid-19.

De outro lado, a relativa segurança de atendimento mediante planos de saúde se mostrou instável. Profissionais liberais, funcionários públicos mais graduados e trabalhadores autônomos com maior renda têm sido empurrados para um padrão de atendimento inferior. Aumentos das mensalidades, descredenciamentos e novos artifícios para negar cobertura se tornaram motivos de enorme apreensão por parte de quem perdeu acesso a serviços antes habituais e continua com dificuldades para pagar mensalidades.

Como não bastasse as alterações para quem tem planos de saúde, está em curso a proposição de uma nova segmentação. Cartões de desconto para quem pode pagar um pouco. Planos quase sem opções, serviços longe de casa, direcionados pela empresa e reajustes acima da inflação para a classe média tradicional.

A movimentação do setor privado se completa com a proposição de uma aplicação perversa do mínimo múltiplo comum. Inovações tecnológicas serão aquelas adotadas e financiadas pelo SUS. Ou seja, o setor privado anuncia mudanças direcionadas para um modelo de atenção ainda mais fragmentado e lucrativo.

Repetir que saúde pública é prioridade é necessário, mas insuficiente. Avançamos ao comprovar que o SUS estimula e integra um complexo econômico industrial, é público e mantém relações permanentes com o setor privado. Por outro lado, as desonerações de obrigações fiscais para empresas de saúde, justificadas por sua relevância pública, não impedem que idosos gastem metade da renda para continuar no plano.

Debates extensos e aprofundados sobre o SUS e a busca de estratégias para que as relações entre o público e o privado sejam compatíveis com os preceitos constitucionais sobre o direito à saúde podem contribuir para o alcance de um sistema de saúde universal, solidário e sustentável.



* C D 2 5 5 3 5 8 1 7 2 7 0 0 *

Neste ano em que o pilar do sistema público de saúde – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – completa 35 anos, nada mais apropriado que ampliar tais debates nesta Comissão de saúde. O Simpósio seria dividido em 3 eixos, abaixo listados e seria uma oportunidade para traçar caminhos para que o direito à saúde não esteja condicionado a qualquer critério de renda, mas uma realidade para todos.

1. SUS: Acesso, Qualidade e Perspectivas;
2. SUS: Modelos de Atenção, Remuneração e Qualidade; e
3. Planos e Seguros de Saúde: Coberturas e Reajustes de Preços

Pelo exposto, espero contar com o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 02 de abril de 2025.

JANDIRA FEGHALI
Deputada Federal - PCdoB/RJ



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255358172700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali



* C D 2 5 5 3 5 8 1 7 2 7 0 0 *